

Aos 16 dias do mês de julho de 2026, às 09:00h, foi realizada a reunião ordinária do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Social do Município de Sarzedo – IPRES, nas dependências da Secretaria Municipal de Educação, contando com a participação da Sra. Cléia Lemos Barroso Teófilo da Silva, do Sr. Fábio Henrique Gomes e da Sra. Valdirene Araújo Lacerda Santos. Na abertura dos trabalhos, a Sra. Cléia apresentou o **Relatório da Carteira de Investimentos** referente ao **mês de junho** de 2026, informando que o **patrimônio** consolidado do Instituto totalizava R\$166.091.485,71, distribuído entre R\$138.553.846,90 em ativos de renda fixa, R\$17.186.436,63 em renda variável, R\$9.097.144,89 em fundos estruturados, e R\$1.254.057,29 em investimentos no exterior. Na sequência, procedeu-se à verificação do enquadramento da carteira de investimentos, em conformidade com os parâmetros estabelecidos na Política de Investimentos do Instituto e na Resolução CMN nº 5.272/2025. A análise evidenciou somente os desenquadramentos de natureza passiva, cuja permanência é admitida pelo prazo regulamentar de até dois anos. Posteriormente, foram apresentados os resultados da carteira, que registrou **rentabilidade** de 0,88% no mês e de 6,74% no acumulado do exercício. Em comparação à meta atuarial anual acumulada de 6,52%, observou-se um **Gap** positivo de 0,01% no desempenho mensal e de 0,22% no acumulado do ano. Em seguida, os membros analisaram o **Relatório de Riscos**, contemplando os principais indicadores de risco de mercado. Conforme o Dashboard disponibilizado pela consultoria, o Valor em Risco (VaR) para um dia útil permaneceu em 0,27%. No Relatório de Riscos de Mercado, verificou-se que o **VaR** alcançou 1,26% no período mensal e 4,35% no horizonte de doze meses, com aumento em relação ao levantamento anterior. O **Vol**, indicador de volatilidade foi apurado em 0,56% no mês e 2,11% em doze meses, refletindo diminuição em comparação ao período precedente. O índice de **Treynor** apresentou resultado de -0,25% no mês e 0,01% no acumulado de doze meses, indicando redução do desempenho ajustado ao risco. O **Drawdown** permaneceu em 0,10%, tanto na apuração mensal quanto no período de doze meses, demonstrando redução frente ao relatório anterior. Já o índice de **Sharpe** registrou -1,63% no mês e 0,06% no acumulado de doze meses, evidenciando retração em relação ao período anterior. No que se refere aos demais riscos monitorados, registrou-se que o **risco de crédito** permanece sob controle mediante a diversificação da carteira e o acompanhamento permanente das classificações dos ratings de risco das instituições financeiras, complementado pela elaboração periódica de relatórios de diligência e análise dos respectivos lastros. O **risco de solvência** continua compatível com as premissas estabelecidas na avaliação atuarial e no estudo de Asset Liability Management-ALM. O **risco sistêmico** segue sendo acompanhado em razão das condições do sistema financeiro nacional e das incertezas observadas no cenário econômico internacional. O **risco**

20
Cléia Lemos Barroso Teófilo da Silva

reputacional permanece monitorado por meio do acompanhamento contínuo de informações relacionadas às instituições financeiras integrantes da carteira. Quanto ao **risco operacional**, verificou-se que este continua sendo avaliado a partir das práticas de governança adotadas pelos administradores e gestores dos fundos, considerando aspectos como controles internos, segregação de funções, políticas de gerenciamento de riscos e transparência. Em relação ao **risco legal**, permanece o acompanhamento contínuo da conformidade das aplicações com a legislação vigente e suas respectivas atualizações. No tocante ao **risco de liquidez**, constatou-se que a carteira permanece enquadrada nos limites previstos, observando-se as necessidades apuradas pelo cálculo atuarial. A composição da liquidez encontra-se distribuída em 87,23% dos recursos com prazo entre zero e trinta dias; 5,91% entre um e dois anos; 3,66% entre trinta e um e cento e oitenta dias; 2,10% acima de dois anos; 0,87% entre cento e oitenta e um e trezentos e sessenta e cinco dias; e 0,23% alocados em Fundo de Investimento em Participações, cuja liquidez observa regras específicas. Durante a avaliação dos riscos, foi novamente registrado o desenquadramento passivo dos fundos classificados como crédito privado, FIP e dos investimentos no exterior, situação cuja permanência permanece autorizada pelo prazo máximo de até dois anos, nos termos da Resolução CMN nº 5.272/2025. Dando continuidade aos trabalhos, foi apreciado o Relatório Focus do Banco Central, divulgado em 13 de julho de 2026, cujas projeções indicavam inflação medida pelo **IPCA** em 5,16%, com queda a duas semanas; crescimento do **PIB** estimado em 1,99%, mantido por duas semanas consecutivas; taxa de **câmbio** projetada em R\$5,20, à quatro semanas; além de expectativa para a **Taxa Selic** de 14,00% no encerramento de 2026, mantida em 12,00% ao final de 2027 e 10,50% ao término de 2028. Posteriormente, e atendimento ao disposto no art. 136 da Portaria MTP nº 1.467/2022, foi apresentado aos membros do Comitê o Relatório Trimestral da Carteira de Investimentos, referente ao período compreendido entre abril a junho de 2026, contendo a análise da rentabilidade, dos riscos das aplicações financeiras e da aderência da carteira à Política de Investimentos vigente. Inicialmente, verificou-se que o patrimônio líquido da carteira totalizou R\$166.091.485,71 ao final do trimestre, registrando rentabilidade acumulada de 2,56%, equivalente a um resultado financeiro positivo de R\$4.156.995,94. A meta atuarial para o período foi de 3,08%, resultando em um desempenho inferior em -0,52 ponto percentual no trimestre. O Comitê observou que, embora a carteira tenha superado ou praticamente igualado a meta atuarial nos meses de abril e junho, o desempenho do mês de maio foi determinante para que o resultado acumulado permanecesse abaixo da meta estabelecida. Na avaliação dos riscos, constatou-se que a carteira manteve perfil compatível com a natureza previdenciária dos recursos administrados, permanecendo predominantemente alocada em ativos de renda

26
Assinado

fixa 83,42% do patrimônio, complementada por investimentos em renda variável em 10,35%, fundos estruturados 5,48% e investimentos no exterior 0,76%. Destacou-se, ainda, que aproximadamente 87,23% dos recursos encontram-se aplicados em ativos com liquidez de até 30 dias, proporcionando elevada capacidade de atendimento às obrigações previdenciárias e reduzindo riscos relacionados à necessidade de resgates. O Comitê também verificou que a diversificação entre diferentes gestores, instituições financeiras, estratégias e indexadores contribui para a mitigação dos riscos da carteira, observando-se que a volatilidade apresentada pelos fundos de renda variável foi compensada pelo desempenho consistente dos investimentos em renda fixa referenciados ao CDI, IRF-M e títulos públicos, preservando a estabilidade do patrimônio do Instituto. Quanto à aderência à Política de Investimentos, verificou-se que todas as aplicações mantêm alinhamento com a estratégia definida pelo Comitê para o exercício de 2026. Após a apresentação e análise do relatório, os membros do Comitê concluíram que, apesar de a rentabilidade acumulada do trimestre ter ficado ligeiramente abaixo da meta atuarial, o resultado mostrou-se compatível com as condições de mercado observadas no período, especialmente em razão da volatilidade dos ativos de renda variável. Na sequência, a Sra. Cléia apresentou ao Comitê o **Relatório Trimestral das Despesas** decorrentes das Aplicações dos Ativos Investidos, encaminhado pela Superintendência para conhecimento dos membros, destacando que o referido documento será disponibilizado no portal eletrônico do IPRES, em observância ao disposto no art. 2º, §3º, inciso II, da Resolução CMN nº 5.272/2025. onde, verificou-se o detalhamento das despesas decorrentes das aplicações financeiras da carteira do RPPS, bem como dos custos relacionados à contratação de prestadores de serviços. Durante a análise, o Comitê verificou que o relatório evidencia, de forma individualizada, as taxas incidentes sobre cada fundo de investimento integrante da carteira, compreendendo taxas de administração, gestão, distribuição, custódia e performance, conforme aplicável a cada estratégia de investimento. Constatou-se que os fundos de renda fixa, que representam a maior parcela do patrimônio do Instituto, apresentam custos reduzidos e compatíveis com as práticas de mercado, enquanto os fundos de renda variável e multimercados possuem taxas de administração e, em alguns casos, taxas de performance condizentes com a complexidade das respectivas estratégias de gestão. O Comitê observou, ainda, que não houve registro de cobrança de taxas de custódia ou de corretagem por instituições financeiras no período analisado, inexistindo despesas dessa natureza a serem suportadas pelo Instituto. Quanto aos custos decorrentes da contratação de prestadores de serviços, verificou-se apenas a despesa referente à consultoria de investimentos prestada pela LEMA, no valor mensal de R\$1.746,03, totalizando R\$5.238,09 no trimestre, despesa considerada compatível com o contrato firmado e com os serviços

26
Gustavo

técnicos especializados efetivamente prestados ao RPPS. Após apreciação do relatório, os membros do Comitê concluíram que os custos das aplicações financeiras permanecem compatíveis com as características, objetivos e estratégias dos respectivos fundos de investimento, não sendo identificadas cobranças incompatíveis ou excessivas que justifiquem providências corretivas. Da mesma forma, foi constatado que as despesas com a consultoria de investimentos mostram-se adequadas aos serviços contratados e em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e transparência que regem a administração dos recursos previdenciários. Por fim, o Comitê deliberou pela aprovação do Relatório Trimestral de Custos dos Investimentos e pela sua divulgação aos segurados e beneficiários do RPPS, em cumprimento ao disposto no art. 2º, §3º, inciso II, da Resolução CMN nº 5.272/2025, permanecendo o acompanhamento periódico dos custos das aplicações e dos contratos relacionados à gestão dos investimentos, com vistas à preservação da eficiência na administração dos recursos do Instituto. Na sequência, os integrantes do Comitê promoveram análise do cenário econômico nacional e internacional, registrando em ata os principais acontecimentos e seus potenciais reflexos sobre os mercados financeiros, com os seguintes fatos relevantes. No cenário internacional, o mês de julho vem sendo marcado pela continuidade das incertezas relacionadas à condução da política monetária das principais economias, pela manutenção das tensões geopolíticas e pela desaceleração gradual da atividade econômica global. Nos **Estados Unidos**, a divulgação da ata do FOMC reforçou que o Federal Reserve permanece cauteloso quanto ao início de um ciclo de redução das taxas de juros. Embora a economia norte-americana continue demonstrando resiliência, evidenciada pelo PMI Composto em nível expansionista de 51,9 pontos, os dirigentes da autoridade monetária destacaram que futuras decisões continuarão condicionadas ao comportamento da inflação e do mercado de trabalho, mantendo elevada a incerteza quanto ao ritmo de flexibilização monetária. Outro fator relevante observado ao longo de julho foi a intensificação das tensões geopolíticas envolvendo Estados Unidos e Irã, especialmente após novos ataques a embarcações comerciais na região do Estreito de Hormuz, uma das principais rotas mundiais para o transporte de petróleo. O aumento da percepção de risco elevou a volatilidade dos preços da commodity, ampliando as preocupações quanto aos impactos inflacionários globais e ao comportamento futuro das políticas monetárias das principais economias. Na **Zona do Euro**, o Banco Central Europeu manteve postura igualmente prudente. Após o recente ajuste na taxa básica de juros no mês de junho, a ata da reunião evidenciou preocupação com a persistência das pressões inflacionárias, especialmente aquelas relacionadas aos preços da energia e aos efeitos das tensões geopolíticas. Dessa forma, permanece o entendimento de que novas decisões seguirão dependentes da

20
1
Garantia

evolução dos indicadores econômicos, mantendo o ambiente financeiro internacional sensível às expectativas sobre inflação e juros. Na **China**, os indicadores continuaram demonstrando recuperação gradual da atividade industrial. A inflação ao produtor acelerou pelo quarto mês consecutivo, refletindo maior pressão sobre os custos de produção, enquanto a inflação ao consumidor permaneceu relativamente baixa, indicando que a demanda doméstica ainda apresenta sinais de moderação. Esse cenário mantém as expectativas de continuidade das políticas de estímulo econômico pelo governo chinês, ao mesmo tempo em que reforça a importância da evolução da economia chinesa para o comércio global e para os mercados de commodities. No **Brasil**, os indicadores continuaram demonstrando a resiliência da economia. O IPCA de junho, divulgado em julho, registrou alta de 0,16%, abaixo das expectativas do mercado, favorecido principalmente pela queda dos preços de alimentos e combustíveis. Apesar da desaceleração do índice mensal, a inflação acumulada em doze meses permaneceu em 4,64%, acima do limite superior da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional, indicando que o processo de convergência inflacionária ainda exige cautela por parte da política monetária. No campo da atividade econômica, o Fundo Monetário Internacional revisou positivamente a projeção de crescimento do Produto Interno Bruto brasileiro para 2026, elevando-a para 2,4%, reforçando a percepção de maior resiliência da economia nacional mesmo em um ambiente de juros elevados. A balança comercial continuou apresentando desempenho favorável, sustentando resultados positivos no setor externo e contribuindo para a estabilidade das contas externas do país. No mercado financeiro doméstico, observou-se continuidade da preferência dos investidores por ativos de renda fixa. As aquisições de títulos públicos indexados à inflação permaneceram elevadas, refletindo a busca por proteção do poder de compra e aproveitamento das taxas reais ainda atrativas. Ao mesmo tempo, o Banco Central manteve sua atuação no mercado cambial por meio de operações de swap, visando reduzir movimentos excessivos de volatilidade decorrentes das oscilações do ambiente internacional. Diante desse conjunto de fatores, o cenário permanece recomendando postura cautelosa na condução da política de investimentos. A combinação entre juros elevados, inflação ainda acima da meta, crescimento econômico moderado e riscos geopolíticos continua favorecendo estratégias concentradas em ativos de renda fixa, especialmente títulos públicos e aplicações indexadas ao CDI, sem prejuízo da manutenção da diversificação entre instituições financeiras, classes de ativos e emissores, buscando equilíbrio entre rentabilidade, liquidez e mitigação dos riscos de mercado, de crédito e de concentração, em consonância com os objetivos da Política de Investimentos do RPPS. Logo depois a sra. Cleia apresentou o e-mail encaminhado pela Privatiza, referente ao fundo Rio Bravo Proteção Portifólio FIM RL, CNPJ nº 5.274.339/0001-78, com

OR
Atasanta

vencimento previsto para o próximo dia 27/07/2026, informando a proposta de prorrogação do prazo de carência da operação estruturada do Fundo Rio Bravo Portfólio Proteção FIM, com vencimento originalmente previsto para 27/07/2026, passando para 31/01/2028. Foi esclarecido que a alteração dependerá de deliberação em Assembleia de Cotistas e que não haverá necessidade de qualquer movimentação por parte dos investidores. Também foi informado que permanecem inalterados a política de investimentos, os objetivos, a estratégia de gestão, o perfil de risco e o enquadramento do fundo, sendo mantida a estrutura de proteção do capital e a metodologia de alocação dinâmica entre os benchmarks IMA-B5, S&P e Ibovespa. Por fim, a administradora solicitou manifestação quanto à intenção de permanência no fundo, a fim de dimensionar a nova operação. Contudo, considerando a relevância da matéria, o tema foi previamente encaminhado para análise da consultoria de investimentos Lema, que participou de forma online da presente reunião através da pessoa do sr. Vitor Leitão, que se manifestou favoravelmente à prorrogação do prazo de vencimento da operação. Após análise da documentação apresentada, bem como da manifestação técnica da consultoria, os membros do Comitê deliberaram, por unanimidade, pela aprovação da prorrogação da operação e pela manutenção dos recursos aplicados no referido fundo, por entenderem que permanecem preservadas as características que fundamentaram o investimento, não havendo alterações na política de investimentos, no perfil de risco ou na estratégia de gestão que justifiquem sua descontinuidade. Dando continuidade à pauta, a Sra. Cléia apresentou o extrato do fundo **BB RF Fluxo Soberano**, utilizado para o custeio da folha de pagamento dos benefícios previdenciários, que atualmente possui saldo de R\$1.592.955,72. Em razão da persistência da inadimplência do Município de Sarzedo quanto ao repasse das contribuições patronais, situação que perdura desde agosto de 2025, os membros do Comitê decidiram manter integralmente os recursos aplicados nesse fundo, sem promover qualquer realocação. Tal deliberação foi adotada com o objetivo de garantir liquidez imediata suficiente para assegurar o pagamento de, pelo menos, três folhas mensais dos benefícios previdenciários. Na sequência, os membros do Comitê apreciaram o **Estudo de ALM - Asset Liability Management** referente ao exercício de 2026, elaborado e apresentado via online pela consultoria LEMA. O instrumento é destinado a avaliar a aderência entre os ativos financeiros e as obrigações atuariais do Instituto no longo prazo, subsidiando a definição da estratégia de investimentos. O estudo demonstrou que o IPRES apresenta condição atuarial equilibrada, evidenciando que, mantidas as premissas atuariais, o plano de amortização vigente e a obtenção da rentabilidade mínima real de 5,68% ao ano, o patrimônio previdenciário tende a ser suficiente para suportar o pagamento das obrigações futuras ao longo do horizonte projetado. Constatou-se, ainda, que, embora o fluxo

ad
Carante

previdenciário apresente insuficiência entre receitas e despesas já a partir de 2026, os resultados esperados dos investimentos compensam essa diferença até o exercício de 2042, tornando o fluxo consolidado negativo somente a partir de 2043, conforme as projeções do estudo. No processo de otimização da carteira, realizado por meio da metodologia da Fronteira Eficiente de Markowitz, a consultoria concluiu que a estratégia mais adequada para o perfil do Instituto é a denominada Carteira 1, por apresentar a melhor relação entre risco, retorno, liquidez e solvência. A composição sugerida privilegia maior participação em títulos públicos federais marcados na curva, complementada por ativos referenciados ao CDI, multimercados e renda variável, proporcionando retorno esperado superior à meta atuarial com menor nível de volatilidade. O estudo também contemplou simulações estocásticas em mil cenários econômicos distintos, nas quais todas as carteiras avaliadas apresentaram probabilidade superior a 98% de manutenção da solvência do plano. Em razão da elevada robustez dos resultados, da baixa volatilidade esperada e da manutenção de parcela relevante de ativos com elevada liquidez, a consultoria recomendou a adoção da Carteira 1 como referência estratégica para a gestão dos investimentos, ressaltando, contudo, que eventuais alterações nas premissas atuariais, no plano de amortização ou no cenário econômico poderão demandar revisões periódicas da estratégia de investimentos e do próprio estudo de ALM, quando por fim concluiu com uma tabela com as seguintes orientações quanto às movimentações a serem realizadas na carteira atual: diminuir 35,36% em ativos atrelados ao CDI, adquirir 50% do PL do IPRES de Títulos Públicos Federais, reduzir 3,65% em fundos de vértice, levando em consideração os vencimentos em 2026, zerar todo o valor dos índices IRF-M1, manter a exposição em Ibovespa, zerar os fundos de crédito privado, aumentar a exposição em fundos multimercado em 3,79%, aumentar Títulos Privados em 6,04%, manter os fundos estruturados, e zerar toda posição em ativos atrelados ao IRF-M e IMA-B5. Por todo o exposto após verificar o resultado do estudo, e ainda, após exame do cenário econômico interno e externo, das projeções constantes no Relatório Focus, das expectativas para a trajetória da taxa de juros, da evolução recente da taxa de câmbio e das incertezas decorrentes do ambiente geopolítico internacional, o Comitê deliberou, por unanimidade, pela não implementação imediata da estratégia sugerida de ampliação da alocação para 50% em títulos públicos. A decisão fundamenta-se no cenário atual enfrentado pelo Instituto, especialmente em razão dos recorrentes atrasos nos repasses das contribuições previdenciárias, situação que exige maior cautela na gestão dos recursos financeiros e na preservação da liquidez da carteira de investimentos. O Comitê entendeu que a elevação da exposição em títulos públicos, nos percentuais indicados pelo estudo, poderá comprometer a liquidez necessária para fazer frente às obrigações previdenciárias de curto

al
1
Gasanta

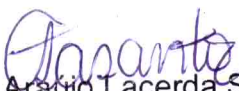
e médio prazo, considerando as incertezas quanto à regularidade do fluxo de ingressos financeiros. Além disso, foi consignado que, neste momento, ainda não foram concluídos os procedimentos de credenciamento das instituições custodiante aptas a operacionalizar esse tipo de investimento, etapa indispensável para garantir a observância da legislação aplicável, da Política de Investimentos e dos princípios de governança, segurança e diligência na gestão dos recursos do RPPS. Diante desse contexto, o Comitê deliberou pela realização de avaliação técnica complementar, acompanhando a evolução da situação financeira do Instituto, a regularização dos repasses previdenciários e a conclusão do processo de credenciamento das instituições custodiante, bem como pela reavaliação das premissas do estudo ALM e dos impactos da estratégia proposta sobre a liquidez da carteira, antes da adoção de qualquer alteração na política de alocação dos recursos. Ficou registrado em ata que o Comitê manterá o acompanhamento contínuo do fluxo de caixa, da regularidade dos repasses previdenciários, da conclusão dos credenciamentos necessários e das condições de mercado, podendo revisar esta deliberação oportunamente, caso haja alteração do cenário atual e estejam atendidos todos os requisitos técnicos e operacionais para a implementação da estratégia. Por fim, pós avaliar o cenário econômico doméstico e internacional, as projeções divulgadas pelo Relatório Focus, as expectativas quanto à evolução das taxas de juros, o comportamento recente da taxa de câmbio e os riscos decorrentes das atuais tensões geopolíticas no cenário global, bem como seus possíveis reflexos sobre os mercados financeiros, este Comitê decidiu por manter inalterada a estratégia de investimentos atualmente adotada pelo RPPS. Dessa forma, não serão realizados, neste momento, resgates, realocações ou quaisquer modificações na composição da carteira de investimentos. Os membros entendem que a manutenção do posicionamento atual representa a alternativa mais cautelosa e adequada diante do ambiente de elevada volatilidade e incerteza que ainda caracteriza os mercados. Nada mais havendo a ser tratado, eu, Cléia Lemos Barroso Teófilo da Silva, lavrei a presente ata que, após lida, discutida e aprovada, foi assinada por mim e pelos demais membros presentes.



Cléia Lemos Barroso Teófilo da Silva



Fábio Henrique Gomes



Valdirene Araújo Lacerda Santos